

DOSSIÊ TEMÁTICO

De criança viada a procurador de estado:

a trajetória de vida de um corpo desobediente no Sistema de Justiça brasileiro

Igor Veloso Ribeiro ¹

Resumo: O objetivo deste artigo é lançar o olhar sobre a diferença sexual/identitária humana, por meio do relato pessoal e da análise da minha trajetória de vida desde criança, passando pelas minhas estratégias positivas e trajetórias de vida como um corpo desobediente ao padrão heteronormativo para inserção como Procurador de Estado no Sistema de Justiça brasileiro, até os dias atuais. Nesse contexto, importante discorrer sobre as vulnerabilidades, os apagamentos e as estratégias de sobrevivência por mim vivenciadas, para em seguida agregar durante este percurso o campo de discussão sobre os direitos humanos, estudos sobre a sexualidade e gênero. Por isso também a justificativa de desenvolver o texto em formato de artigo com referencial bibliográfico, mas sem se desvencilhar da autoetnografia como procedimento metodológico. Para este exercício recorri aos estudos afeitos à colonialidade e à teoria *queer*, porque me reposicionam epistemologicamente conferindo a mim o cabedal teórico-político de um devir subversivo e provocador para sustentar a apresentação das minhas experiências pessoais como reflexo de uma dissidência empírica/social/afetiva em um ambiente institucional padronizado, masculinizado e de autoridade.

Palavras-chave: Memória. *Queer*. Autoetnografia. Decolonialidade. LGBTQI.

Introdução

Este trabalho demanda ao leitor² desprendimento! É uma advertência primeva ao tempo em que é um convite para que a trajetória da escrita, e para que o entendimento

¹ Procurador do Estado de Rondônia (PGE/RO), advogado e ativista LGBTQI+. Mestre Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia (DHJUS/Unir/Emeron). Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde da Universidade Federal de Rondônia (GEPEAAL/Unir). Membro da Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Rondônia (CDSG/OAB-RO). Porto Velho, Rondônia, Amazônia Ocidental, Brasil. E-mail: igorvelosor@gmail.com. OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-0687-8650>.

² A linguagem é instrumento que reforça a colonização do ser através dos esquemas categóricos de gênero. É uma práxis social e adarga axiomas, inclusive aqueles que sustenta o "ser" "masculino" ou o "ser" "feminina" numa determinada cultura, e que, por sua vez podem ser invocadas no processo de transformação social. Nesta senda, apesar de reconhecer a importância da busca pela neutralidade da escrita, especialmente num trabalho que evoca o desenquadramento de identidades, a desobediência epistemológica e a implosão das caixas categóricas das sexualidades e dos gêneros, rendo-me à dificuldade tecnológica de escrever um manuscrito totalmente neutro. Mas assim o faço fundamentalmente em homenagem à inclusão das pessoas com necessidades especiais, uma vez que os recursos tecnológicos contemporâneos para leitura

seja intencionado ajo imbuído pelo espírito da franqueza, na expectativa de [re]afirmar que existem muitos outros "modos" de seguir adiante.

Alerto que abro mão das formas nas quais me compreendo e, desse modo, convido a leitura a des-fazer-se e a re-fazer-se também. É um caminho forjado por mim nas práxis cotidianas e ao mesmo tempo pela [im]própria linguagem, leitura e reflexão, mas, antes de tudo, pelos incessantes diálogos engatilhados a partir das minhas vivências desde a infância até os dias atuais.

Este é um trabalho deliberadamente enviesado, epistemologicamente agressivo, cujo desiderato é confrontar o poder e desestabilizar a perspectiva homogênea e hegemônica que normaliza e desnaturaliza as identidades e vivências. Isso tem a ver com o conhecimento ocidental burguês euronorcentrado, produzido e reproduzido mundo afora com um desejo epistemicida intrínseco de silenciar e aniquilar a experiência dos corpos não-hegemônicos (GROSFOGUEL, 2016). O corpo sobrevivente, então, deve ser lido como *locus* de resistência à construção e manutenção pragmática, sistemática e estrutural de opressões biopolíticas. Tal corpo é vetor d'uma [re]existência epistemopolítica performativa afrontosamente bélica capaz de devolver a dignidade humana capturada pelos provincianos trovadores de contos-de-fadas eugênicos do Norte Global.

A exemplo desta realidade, a feminista e escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019) ilustra o apagamento cultural africano pela cultura ocidental por meio de simplificações que desconsideram a multiplicidade de povos e nações d'África, traduzindo-a numa história única como se fosse homogênea, tal qual a cultura ocidental pretende ser. A autora relaciona o apagamento da história africana como um exercício de poder por intermédio da disposição de contar a história de outrem com ânimo de torná-la definitiva.

Aconhego-me nas ilações de Chimamanda Adichie (2019) ao dizer que da mesma forma que as histórias foram empregadas para esbulhar e depreciar, podem ser utilizadas para promover [auto]afirmação e devolver humanidade. O apagamento das vivências, individuais e coletivas, é uma atrocidade que alija tanto pessoas como comunidades da percepção de que gozam de atributos e direitos. Nessa senda, eu cuido de contar um pouco minha história (trajetória de vida) e de tantas outras para que não sejam esquecidas, possam iluminar outras caminhadas e ressignificar muitos sentidos.

não conseguem traduzir aos interlocutores os verbetes quando das substituições das vogais enunciativas de gênero "a"/"o" por "x"/"@".



O objetivo deste artigo é lançar o olhar sobre a diferença³ sexual/identitária humana, por intermédio do relato e análise da minha trajetória de vida desde criança, passando pelas estratégias para inserção profissional no Sistema de Justiça brasileiro. Discorro sobre vulnerabilidades, apagamentos e táticas de sobrevivência, para dar cabo a esta tarefa cuido não apenas de percorrer os campos dos direitos humanos e dos estudos de gênero e sexualidade. Recorri aos ensinamentos afeitos à colonialidade; à autoetnografia e à teoria *queer*, que, por sua vez, me reposicionam epistemologicamente conferindo a mim o cabedal teórico-político de um devir subversivo para sustentar a apresentação das minhas experiências pessoais como reflexo de uma dissidência empírica/social/afetiva em um ambiente institucional padronizado, masculinizado e de autoridade.

Com a permissão vênua, faço outra advertência: Não escrevo este texto apenas para Academia, mas para a comunidade além muros, razão pela qual uso o referencial teórico e as abordagens metodológicas acima relacionadas com o desejo de traduzir os conceitos e pô-los em diálogo a partir de realidades, que muitas vezes não são lidas porque não são compreendidas. Nessa senda, eventuais “incongruências” entre os saberes aqui debatidos, se justificam pela interdisciplinaridade. Num trabalho com a abordagem ora apresentada não é possível tamanho rigor conceitual, mas sim aproximações que proporcionem uma visada peculiar, mesmo que parcial. Apesar dessas incursões no meu repertório afetivo particular registro que neste trabalho funciono como um sujeito de pesquisa, que ora descreve, ora levanta hipóteses, ora analisa, ora expõe as vísceras, a fim de demonstrar que as vivências dissonantes do padrão cis-heteronormativo euronorcêntrico hegemônico⁴ produzem pessoas traumatizadas, fraturadas e excluídas. Tais marcas nos são impressas, no corpo e na memória, das mais variadas formas, desde a infância e nos acompanham por toda a vida.

Uma vida fraturada: a memória e a diferença colonial

³ Filio-me à Richard Miskolci (2012) e lanço mão de diferença ao invés de diversidade, porque parece, na minha leitura que a diversidade clama por tolerância enquanto a diferença exige respeito.

⁴ Muito embora, para muitos teóricos *queer*, o debate acerca da cis/transgeneridade seja esvaziado pelo conceito da fluidez imanente ao gênero, entendo ser ainda fundamental tal discrimen na medida em que as pessoas transgênero estão estruturalmente subalternizadas em face das pessoas cisgêneros. Nessa senda, registro que prefiro o termo transgênero porque não se trata de uma questão sexual, o termo “transexual” reforça a essencialização humana reducionista que considera a genitália como único critério de diferenciação. Cisgênero é, portanto, aquele sujeito que se identifica com seu sexo biológico, já o sujeito transgênero não.

O projeto exploratório colonizador moderno inventou os colonizados reduzindo-os a seres primitivos, subumanos, satânicos, infantis, agressivamente sexuais e que precisam ser transmutados (LUGONES, 2014). Tal se evidenciou por meio do exercício da violência inerente ao poder colonial e persistem ainda hoje como reflexo da colonialidade (relações de poder que foram assimiladas mesmo após o fim da colonização), num processo de dominação fulcrado na racialização do ser a partir do controle do ser, do pensar, do estar e do saber.

A diferença colonial é o espaço onde a colonialidade do poder é exercida, tal diferença engendra uma resposta ao discurso e perspectivas hegemônicas que revelam uma perspectiva subalterna/fraturada, que por sua vez tem o condão de transcender a diferença colonial a partir do exercício de um pensamento de fronteira - um novo terreno epistemológico (MIGNOLO, 2017). María Lugones (2014), ao discutir a colonialidade de gênero e feminismo decolonial, ensina que Mignolo entende o *locus* de Glória Anzaldúa como fraturado, por exercitar o pensamento de fronteira desde um espaço epistemológico próprio, ao tempo que entende que esse *locus* fraturado é espaço de questionamento e transformação.

O que Lugones (2014) propõe é que habitar na fratura colonial demanda uma resistência e um resposta concreta a partir da adaptação e negociação dos sujeitos fraturados, suas transformações contínuas fundam uma reorganização criativa de suas potencialidades. O pensamento de fronteira nada mais é que o exercício, desde a diferença colonial, performático de resistir, porém reconhecendo a noção subalterna de si, levando-se em conta as estruturas sociais e cosmovisões que estão enraizadas na memória sitiada, evitando-se, por fim, a colonialidade do gênero como algo não só estruturalmente precedente, mas fossilizado. Nesse sentido, entendo a relevância do registro autoetnográfico como estratégia de, a partir das contradições da colonialidade do gênero, ressignificação dos sentidos num movimento de renovação. Somos corpos dissidentes⁵, vulnerabilizados, subalternizados em nossas experiências porque não damos conta da opressão da normalização das sexualidades, das expressões e identidades de gênero. E, especialmente, somos envolvidos numa roda viva de incessantes violações de direitos e

⁵ Dissidentes porque performam suas vivências de modo não "enquadrado" na norma cis-heterormativa hegemônica. O processo de normalização de condutas atendeu ao padrão purista/eugênico burguês europeu, que, por sua vez, lançou mão duma "precária" cientificidade, especialmente das ciências sociais e psiquiatria para fundar estereótipos nos quais a diferença individual foi patologizada. Os desenquadrados/anormais são construtos sociais naturalizados, filhos da relação de poder que os subalternizam.

vontades. Violações que por sua vez são sistematicamente silenciadas. Desde a infância até a vida adulta desenvolvemos inúmeras estratégias de sobrevivência que desafiam, muitas vezes, a nossa percepção de ser/estar/pensar.

Nesse contexto é importante estabelecer que o gênero é uma construção cultural histórica que remonta à uma ancestralidade que não pode ser definida com precisão, mas que estrutura hierarquicamente a sociedade. As expressões de gênero podem ser entendidas como o conjunto de linguagens e comportamentos usados por alguém para exteriorizar sua identidade de gênero. Esta última, por sua vez, é considerada, partindo da ideia que o ser humano guarda em si múltiplas identidades, aquela que a pessoa requer para si.

Eu precisei quebrar os armários: corpo desobediente em um mundo quadrado

Em *A epistemologia do armário*, Eve Sedgwick, feminista estadunidense, afirma que "[...] o armário é a estrutura definidora da opressão *gay* no século XX [...]" (2007, p. 26), assim as relações segredo/revelação; público/privado; conhecimento/ignorância têm centralidade na vida de pessoas *gays* e são indicativas do quão opressora pode ser a homotransfobia em comparação a outras formas de opressão. Opressões étnicas, culturais e religiosas, ou mesmo opressões baseadas em idade, tamanho, deficiência física são sistematizadas a partir de algo tangível pelos sentidos. Entrementes, há um componente cultural antecedente e originário que dá suporte através da família, no mínimo (SEDGWICK, 2007).

Essa identidade cultural ancestral tem reflexos imediatos e permanentes nas vivências dissidentes uma vez que crescemos numa ambiência permeada pelo terror e pelo medo da descoberta, onde a frequente e sistemática interdição inviabiliza a exploração lúdica de si. Somos pessoas fragmentadas, que somente a partir da [re]identificação e ressignificação nos re[des]construímos, tardiamente para muitos (para outros tantos isso nem mesmo chega a acontecer), quer fisicamente, quer psicologicamente, a partir dos escombros de quem costumávamos ser. Sem a saída do armário não podemos ser nada mais que fantasmas assombrados pelas nossas próprias identidades eclipsadas pela cultura cis-heteronormativa. Não há política de sobrevivência ou resistência possível.

Aproximo-me de Giancarlo Cornejo (2012) ao confessar seus anos de dor; de angústia e de pânico, ao apontar a estreita relação obscura segredo/revelação, constitutiva do que chamamos homossexualidade, como a causa do martírio que agora também

exponho. O segredo nos intimida com nosso próprio aniquilamento, não apenas com o apagamento do que fomos, mas também com o extermínio de qualquer possibilidade futura (CORNEJO, 2012). A dor demarca os territórios, constrói os espaços, orienta trajetórias. Para a filósofa pós-estruturalista estadunidense, feminista e teórica *queer* Judith Butler (2019) é o reconhecimento de que a dor, o silêncio, a cólera, ou a própria percepção não são, ao fim, unipessoais e localizam o ser humano numa situação compartilhada. Para Cornejo (2012), compartilhar "o segredo" causou certo alívio, mas muito mais que isso revelou a comiseração e a angústia que desempenha o desígnio de escondê-lo/revelá-lo. Concordo com ambos e traduzo como um devir que se volta à renovação das minhas estratégias de sobrevivência, mas como também a abertura e a construção de caminhos outros que possam ser perfilhados e seguidos.

Rememoro, como num filme de terror em retrocesso, as inúmeras vezes que fui "sujeito" de chacota, individual e/ou coletiva apenas por ser quem sou. Dos *flashbacks* emergiram lembranças doloridas. Foi como se eu estivesse numa sala de cinema assistindo a tudo novamente, eu revi uma película na qual protagonizo, com uma riqueza de detalhes assustadora: a temperatura, o cheiro, as cores - tudo muito claro, como se não tivesse se passado nenhum dia sequer.

Em 1993, eu tinha dez anos, era o primeiro dia de aulas da quinta série do ensino fundamental, deixávamos todos de sermos crianças e entramos, finalmente, na adolescência. O colégio cristão, dirigido por freiras, seguia a tradição de classificar o corpo discente quanto ao estrato social, econômico e intelectual. Assim os alunos da turma "A" e "B" pertenciam à fina flor e fidalguia de Picos, Piauí, enquanto nas turmas "C", "D" e "E" eram alocados os filhos das pessoas pobres que se esforçavam para educá-los na "melhor" escola da cidade.

Eu era da turma "C" desde sempre. Inclusive, mesmo percebendo essa estratificação social, nunca quis sair da turma, muito mais por um mecanismo de proteção que de pertencimento. Para crianças/adolescentes "viadas" (meninos afeminados/meninas masculinizadas etc.) mudar de local (moradia/escola) implica diretamente numa maior exposição a riscos de agressões físicas, verbais e psicológicas.

Naquela tarde, sentei-me como de costume na terceira carteira da fila do meio. Posição estratégica para minha visão, aprendizagem e vulnerabilidade. Eu nem pertencia à "galera do fundão", nem era aplicado demais, mas sempre estava à vista do(a) professor(a) caso preciso fosse. A turma estava um pouco maior vez que a quarta série "E" tinha sido extinta e seus alunos divididos entre as turmas "C" e "D".

O professor entrou, todos se sentaram. Ele fez as saudações e as orientações preliminares, ato contínuo passou à chamada dos nomes, designando a respectiva numeração. No colégio as chamadas eram feitas pelos respectivos números que correspondiam à listagem dos nomes obedecida a ordem alfabética, de modo que era fundamental saber seu número pois a adiante apenas os números seriam chamados, jamais os nomes.

O professor chamou do número um ao vinte, nenhum deles era eu. Eu nunca tinha passado do vigésimo. Realmente a turma tinha inchado, pensei. Tinha até um garoto com o mesmo nome que o meu lá. De repente: - número vinte e quatro... O professor me chamou.

Meu mundo caiu desabando tal qual canta Maysa: “sei que você me entendeu/sei também que não vai se importar/se meu mundo caiu/eu que aprenda a levantar” ... Não só pela triste coincidência, mas pela reação da plateia. Enquanto eu afundava na carteira, uma horda insana de quarenta e tantos gritavam, berravam, batiam os pés no chão, esmurravam as carteiras. Parecia que a Seleção brasileira de futebol tinha feito um gol numa final de Copa do Mundo. A bola que balançava a rede era a minha humilhação pública: "Viadinho! Viadinho! Viadinho!"

Sobre esse repertório de homofóbico tupiniquim, James Green (2000) obtempera:

A palavra viado é tão pejorativa que às vezes símbolos alternativos eram usados para evitar o termo. Por exemplo, o jogo do bicho, que data do fim do século XIX, utiliza o número 24 como uma possibilidade de aposta. A cada número corresponde um animal, e o 24 é o veado. Portanto, para insinuar que uma pessoa é homossexual, podia-se chamar a pessoa de "vinte e quatro". Esse valor numérico possui tantas associações negativas que algumas pessoas preferiam usar a expressão "três vezes oito" para evitar o número 24. (GREEN, 2000, p.145)

Certa feita, na hora do recreio escolar, entrei no reservado no banheiro masculino para urinar e ao terminar quando me virei em direção à porta para sair, recebi uma “portada” na face que me deixou completamente ensanguentado. Algum aluno chutou a porta com tanta força que arreventou o ferrolho e me atingiu em cheio - no meio da cara!

O banheiro separado, exclusivo e ambientado para as necessidades ficcionais do binarismo de gênero é uma estrutura arquitetônica que traduz a supremacia cis-heteronormativa como poucas. Primeiro por desnaturalizar vicissitudes que são comuns para qualquer ser humano. Segundo, por separar e categorizar experiências enquadrando-as no ideal dos dispositivos da tecnologia de gênero. Terceiro, por ser um local de reforço da cisgeneridade ao inviabilizar o acesso aos desobedientes de gênero. Por último, a

reserva de vigilância proporcionada pela ambiência que lhe é própria constrói um cenário apropriado para o exercício da violência.

Muitas foram as vezes que encontrei bilhetes odiosos dentro do meu material escolar, quando não os destruíram ou os danificaram. Mas, nada se compara ao que passei durante as aulas de educação física. Indivíduos LGBTQI+ são frequentemente hipersexualizados e abusados na infância e na adolescência. Com efeito, a natural manifestação de maneirismos que indicam uma orientação sexual, expressão ou identidade de gênero dissidente em crianças e adolescentes, muitas vezes são lidas por adultos como permissão para violência física, verbal, psicológica e/ou abusos sexuais. As sistemáticas agressões decorrentes da ideia de degradação que sofremos desde a infância nos traduzem como conceito e prática. A solidão e a angústia característica do armário somado o silenciamento do debate sobre sexualidade nas escolas brasileiras e nos redutos familiares criam a ambiência propícia para que violações sexuais aconteçam. Foi o que aconteceu comigo, igualmente, na quinta série do ensino fundamental.

Após uma aula de educação física, o professor, que lecionava apenas para os meninos, pediu para eu ficar na quadra poliesportiva. Segundo ele, eu precisava refazer os exames biométricos. Para tanto, fomos para uma saleta que ficava embaixo da arquibancada. Em sequência, ele pediu para eu tirar as vestes e após que eu subisse na balança. Com efeito, ele anotou meu peso e minha altura. Logo após, solicitou que eu abaixasse a cabeça e tentasse tocar o chão com as mãos a fim de verificar minha flexibilidade. Assim que o fiz, ele veio por detrás e encostou o seu quadril no meu. Seu pênis estava ereto. Até aquele momento, eu não tinha sequer pensado, vivenciado ou mesmo desejado qualquer ato sexual com quem quer que seja.

Dei um pulo longe. Afastei-me assustado e com medo. Ele colocou a genitália excitada para fora da calça, pegou no meu braço e me puxou pedindo para eu pegar em seu membro. Minha reação foi imediata, comecei a chorar e a gritar pedindo ajuda. O professor acabou abrindo a porta e me deixou sair.

Durante os quatro anos seguintes, eu nunca mais participei de qualquer aula de educação física. O indigitado professor nunca me lançou falta. Eu perambulei pelos corredores do colégio a esmo enquanto isso. Ninguém (professores, funcionários, bedéis, dentre outros) nunca me abordou e perguntou por que eu não estava fazendo as aulas.

O silêncio fez com que eu me calasse também. Afinal, contar para quem? Contar para quê? A palavra de um aluno contra a do professor e da instituição. Ninguém iria acreditar, ninguém iria solucionar nada... Que preço eu pagaria por aquela “exposição”?

Sem falar que dias depois do abuso, o tal professor me ameaçou: - se você contar, ninguém irá acreditar em você!

Mudo fiquei até os vinte quatro anos de idade. Numa conversa trivial, minha mãe indagou-me se eu me recordava do meu professor de educação física. Imediatamente respondi-lhe: lógico, por quê? Mamãe respondeu: - meu filho, ele faleceu em decorrência de... eu repliquei: - que o diabo o carregue para os quintos do inferno! - Mamãe ficou estupefata com minha exclamação: - mas filho, como você fala uma coisa dessas? Rompi o silêncio. Mamãe passou três noites em claro. Quando aconteceu o abuso eu não podia fazer nada. Simples assim. O relato acima registrado está diretamente ligado com a manutenção do estado das coisas que localiza as pessoas de acordo com papéis sociais devidamente prefixados. Tal logicamente reforça as estruturas discriminatórias e facilita a ação de pessoas abusivas.

Tais mecanismos de violência operam sobre a vida de uma pessoa dissidente sexual e de gênero cotidianamente, perduram por toda sua trajetória de vida. Recordo-me que, em idos de 2011, eu consegui a aprovação nas fases escritas (objetiva e subjetiva) do concurso para ingresso no quadro da PGE/RO. Eu vivia um momento de bastante tensão pois a próxima fase seria a oral. Naquela época eu me sentia extremamente (muito mais do que hoje) pressionado pelo enquadramento social da minha sexualidade e identidade.

Eu vivia assombrado pelos ditames cânones da ritualística jurídica. O estereótipo do “bom” advogado não me aprazia. Numa perspectiva particular, performar próximo dos padrões não significava em nada absoluto, "senão estar dentro dos padrões", "na performance do óbvio", num lugar que sinaliza muito mais para a negativa do usufruto dos direitos de cidadania que permissão para inclusão. O "terno e a gravata" nunca fez um bom profissional, muito menos o "corte de cabelo" ou a postura “sóbria”. Mas essa imagética é fortemente protestada pela cultura tradicional cis-heteronormativa jurídica.

Em muitos momentos me senti completamente inadequado no mundo do Direito. Noutros tantos pensei em desistir de qualquer carreira na esfera pública. Tudo é vetusto e desnecessário, toda simbologia dos costumes, da propriedade e da família, não passa da confirmação e manutenção da estratificação social em zonas de pertencimento em razão da classe, raça, gênero e sexualidade. O espaço de poder não é só demarcado geopoliticamente, mas simbolicamente ao considerar quem importa, que tipo de pessoas podem habitá-los.

Os fantasmas da reputação ilibada e idoneidade moral que rechaçam vivências dissidentes (FERNANDES; RIBEIRO, 2018) faziam com que eu elaborasse uma vida



infeliz, preso num costume, escravizado pelas convenções elaboradas por pessoas que as replicavam em respeito ao seu próprio *status quo*. No entanto, me vi premido da incursão nessa performance até pelo menos sair do armário “definitivamente”. Afinal, que representatividade LGBTQI+ tínhamos no mundo jurídico no ano de dois mil, quando entrei na faculdade? E no ano dois mil e cinco quando me graduei? Que representatividade há em dois mil e vinte, quinze anos após minha colação de grau? Quantas "bichas" que performam suas "viadices" estão nos tribunais de superposição? Quantas "bichas-pretas-travestis-macumbeiras-periféricas" ocupam esses espaços? Quantas pessoas trans ocupam algum lugar de poder no Brasil hoje? A resposta é ínfima. Não temos essa representatividade, tampouco visibilidade.

Na fase oral de concursos jurídicos, apesar da avaliação ter que obedecer aos critérios objetivos, há um largo espaço discricionário de atribuição de nota. Com efeito, a banca examinadora já conhece bem os candidatos, geralmente passaram também por investigação social; provas objetivas e subjetivas, no mínimo. Em verdade, a fase oral serve para selecionar aqueles que bem das vezes "atendem" ao perfil de profissional pretendido pela instituição.

Tudo passa a ser importante: vestes, gestual, voz, cabelo, aparência física, rapidez no raciocínio, olhar, enfim... a avaliação se dá a partir de um exame das matérias editalícias, mas indubitavelmente perpassa pela adequação social e física do candidato à instituição. Há uma relação na díade candidato/pertencimento institucional que considera não apenas ao edital, mas ao currículo oculto (LOURO, 2018).

O momento era de travessia, eu estava muito bem posicionado no certame. Literalmente, estava com um pé para dentro e outro para fora, parado no meio do batente da porta. Existe uma ansiedade natural que habita nos candidatos quando desses processos. Todavia, o que eu sentia ganhou outra dimensão. Mais uma vez minha [re]existência/resistência/resiliência se colocava em xeque-mate. Era necessário que eu obedecesse ao padrão cultural hegemônico sob pena de não ser bem avaliado. Com efeito, eu não estava em nada preocupado com a avaliação de conteúdo, mas sim com o meu desempenho pessoal transviado - a questão é que eu teria novamente que entrar no armário. Afinal, o *gay* se ajusta (OLIVEIRA, 2018).

Sobre a presença conflituosa e formadora do armário da vida de *gays*, mas que certamente pode ser extensível para todos os indivíduos da comunidade LGBTQI+, Eve Sedgwick (2007) ensina que a cada encontro com um novo interlocutor a pessoa desobediente das regras de gênero constrói novos armários que exigem de nós novos



exercícios sobre a díade sigilo/exposição. A negociação do corpo e imagética dissidente nos oprime diuturnamente e atua com mais vigor quanto mais longe do armário e autoafirmados estamos. Eu saí do armário aos dezoito anos, naquele momento da vida, passar pela necessidade de ocultar minha personalidade para dar cabo a uma regra higienista a fim de alcançar um objetivo profissional soou como uma afronta - aliás, é! Mas eu compreendia que na ordenação social tudo gira em torno de colocar as pessoas em seus devidos lugares. Eu mirei uma carreira “tradicional”, era, pois, a hora de encenar o papel.

Passei um mês fazendo trabalho corporal intensivo, tanto para modular a voz, com ajuda de uma fonoaudióloga, como para deixar os meus gestos os mais masculinos possíveis. Treinei absolutamente tudo diante do espelho. No dia da prova estava de cabelos curtos, escanhoado, vesti um costume azul-tradicional. Mesmo assim, depois de todo esse enquadramento, um forte incômodo me acompanhou até o fim da prova. Com efeito, durante a performance não senti qualquer olhar de estranhamento ou repulsa dos avaliadores e demais candidatos, mas internamente eu repudiava a mim mesmo por ter encenado aquela farsa.

Fui aprovado, nomeado e tomei posse. Entrei em exercício e passei meses revivendo a experiência de estar no armário novamente, não de modo absoluto, até porque impossível, mas eu obedeci a todas as regras do currículo oculto, é dizer, de comportamento heteronormativo até o fim do estágio probatório - ou, pelo menos tentei. Foram três anos em que, numa larga medida, eu sentia receio de sofrer retaliações de colegas e institucional em decorrência da minha dissidência sexual.

O universo jurídico é patriarcal, machista e misógeno. Os espaços de poder são habitualmente ocupados por homens cis. As mulheres cis, assim como os dissidentes sexuais e desobedientes de gênero (quando ocupam tais espaços), acabam se tornando pessoas duras e “masculinizadas”, ou subalternizadas em “serviços” de menor valia. É preciso ser obtuso para ser operador do Direito. Em diversas circunstâncias e de um modo geral percebo que é mais cômodo ser homem cis *gay* que mulher cis heterossexual. Nos palácios é comum, digo, faz parte do repertório cotidiano a bufonaria machista e LGBTQI+fóbica. Para alcançar posições relevantes é mister “aprender” a conviver com esse barulho. O racismo recreativo e institucional está presente também.

Fernandes e Ribeiro (2018) ensinam que mais do que interpretar a legislação e aplicar o Direito, o sistema de “justiça” faz julgamentos morais de cunho dissimuladamente excludente e discriminatório, vez que adota modelo subjetivo de

comportamento social e moral, ao excluir deliberadamente a realidade multifacetada da sociedade, sobretudo das minorias, em clara afronta às garantias individuais encartadas na Carta da República de 1988 (CF/88).

A *Lex Superior*, e demais textos normativos mantêm, a exigência da “reputação ilibada” e da “idoneidade moral”, como dispositivos morais. Todavia, são esvaziados ao serem lidos em conformidade com os princípios liberais subjacentes aos direitos humanos, especialmente: os princípios da autonomia da pessoa; da inviolabilidade da pessoa e da dignidade da pessoa humana. Sendo, portanto, exigências tanto morais quanto juridicamente inválidas.

Esse *discrímén* denuncia a exclusão estrutural que os corpos dissidentes sofrem, propala, outrossim, a ausência de representatividade desses mesmos corpos nos espaços de poder. Assim como o racismo, a homotransfobia além de ser estrutural/estruturante, é aversiva, recreativa e institucional.

Tamanha segregação resulta em estruturas judiciárias e administrativas rígidas, de modo que corpos sociais que possuem legítimo interesse em atuar de maneira na formação de vontade do Estado sejam repelidos, porque não se adequam no modelo de comportamento moral que este meio exige. Os dissidentes permanecem, portanto, invisibilizados e impossibilitados de ocupar funções públicas de relevo.

A imagem do profissional adequado para ocupar carreiras jurídicas perpassa paradigmas morais e sociais que favorece alguns em detrimento de outros, negando não apenas a capacidade profissional da pessoa dissidente, mas sua própria humanidade, de modo a causar imensa frustração nas perspectivas profissionais destes, fortalecendo os estereótipos hegemônicos. Em verdade, o que eu não havia refletido ainda é que leitura social não socorre àqueles que são considerados “inadequados” desde a infância.

Para muitos armários: muitas saídas

Eu iniciei um processo pessoal e tardio - haja vista que já estava com trinta e três anos - de “desconstrução” a fim de levantar um olhar diferenciado para o processo social com o desiderato de questionar as microrrelações e as superestruturas que o sustentam. A intenção foi justamente [re]afirmar que a sexualidade, a expressão e a identidade de gênero não poderiam ser resumidas apenas a simples esquemas categóricos. Eu nunca - desde a minha autopercepção como pessoa, ainda na primeira infância - me enquadrei. Nunca estive num lugar confortável na lógica da cis-heteronormatividade.

Eu mesmo era muito mais complexo, profundo, imprevisível e, principalmente, não encontrava, contemporaneamente, limites no meu próprio corpo. Eu poderia ser o que quisesse e o problema já não era de autoaceitação ou desinformação, mas de negociação social. Recordo-me que, em 8 de março de 2017, no dia internacional da mulher (quanta ironia!) fui "convidado" a comparecer a um dos setores da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia - PGE/RO⁶. Ao chegar lá estavam me aguardando três colegas Procuradores de Estado. Todavia o que me causou espanto foi a pauta dessa reunião.

A pauta foi "como eu deveria lidar com minha homossexualidade e minha vida privada sem que houvesse reverberação ou impacto social para a Instituição". Eu que já era *persona non grata* por não permitir silenciamentos da minha cultura agora era, por fim, um desafeto institucionalizado.

Novamente, institucionalmente malquisto porque estava num momento de ameaça, de normalização de condutas, por uma razão estritamente de cunho pessoal e identitário. No passado, a pecha da inadequação a mim me foi dada desde a escola, agora eu era chamado a lidar com ela no ambiente de trabalho. Não havia até aquela data e ainda não há qualquer fato que se observado objetivamente desabone a minha conduta profissional ou mesmo a minha lealdade à Instituição. Ao contrário, desde a minha investidura coleciono elogios formalmente registrados em meus assentos funcionais.

A "conversa informal" girou em torno de assuntos como a exposição em minhas redes sociais das minhas relações interpessoais homoafetivas; das fotos que eu postava "sem camisa" e, eventualmente, abraçado a outros homens nas "mesmas condições". A imagética do corpo *gay* causou e causa constrangimento. O tom foi de "preocupação" comigo pois eu era motivo de "chacota" na comunidade jurídica rondoniense expondo a reputação ilibada e a idoneidade moral institucional⁷ da PGE/RO. Aqui aparece o/a cuidado/proteção/tutela como estratégia de apagamento/normalização das vivências LGBTQI+⁸ que não se permitem enquadramentos. Em que pese falar da minha ambiência profissional, eu já havia alcançado a estabilidade no serviço público o que me conferia

⁶ Salvo quando indicado, os nomes de pessoas e instituições que aparecem neste trabalho são fictícios. Tal anonimato das fontes é necessário para que se evite eventual retaliação pessoal ou institucional.

⁷ Reputação ilibada e idoneidade moral, são conceitos fluidos, de conteúdo abstrato, relativos, mas usados e entendidos pelo senso-comum (moral social/positivada) como sendo pertencente àquela pessoa adequada à moral e aos bons costumes (FERNANDES; RIBEIRO, 2018).

⁸ Defendo a relevância da categorização das vivências das minorias sexuais e identitárias numa sigla e da sua força representativa. Com efeito, dia após dia a sigla da diversidade ganha uma nova letra e expõe uma nova diferença. Razão pela qual, escolho, as letras LGBTQI+ para sinalizar que contemporaneamente lésbicas; *gays*; bissexuais; travestis; transexuais; transgêneros; *queers*; intersexuais; e mais estão aí para provar e comprovar que a régua binária que baliza a identidade de gênero e a sexualidade está equivocada.

uma "certa" segurança. Uso o termo entre aspas porque entendo que nenhum título, ou condição de privilégio estrutural, nos blinda do julgamento cultural hegemônico, tampouco de ataques e agressões, sejam diretas e/ou veladas.

Nas entrelinhas, nas expressões faciais, no discurso não dito, a mensagem foi, numa larga medida, a mesma que sempre desde criança exigiram de mim: não exponha sua existência *gay*, nem seu corpo dissidente! Caso contrário, você pode sofrer uma retaliação institucional e até ser demitido – tudo é claro, respeitando-se o “devido processo legal”. Na conversa também foi dito que outras pessoas homossexuais compunham a carreira e que esse "problema" não era evidenciado por serem eles pessoas "discretas". O que é difícil de digerir, em verdade, é que eu sou um *gay* orgulhoso da minha condição, livre e empoderado, enquanto os demais atendiam ao padrão silenciado de comportamento cis-heteronormativo. Meu corpo é rebelde. Os deles são educados (LOURO, 2018).

Na oportunidade expliquei que eu sou assumido socialmente como uma pessoa homossexual, reclamei que temos modos e padrões de comportamentos próprios e que condizem com nossa cultura. Esclareci que a (re)existência/resistência LGBTQI+ não se encaixa nas expectativas da experiência cis-heteronormativa, mas, antes de tudo, até mesmo por ser uma pessoa que conhece os seus direitos e deveres, fazia um escrutínio e separava a minha vida pessoal da atuação profissional/institucional.

Continuei respondendo aos interlocutores que os comportamentos eram coerentes com os padrões de felicidade e aceitação pessoal demandados e conquistados tanto pela minha comunidade como por mim. Obviamente se eu poderia me casar com homens, eu também poderia postar fotos os abraçando e demonstrando afeto. Quanto à exposição do corpo, respondi que não me percebia agredindo ninguém, muito menos qualquer padrão de moralidade, haja vista que eu tinha uma relação positiva com ele e que outros colegas (inclusive, homens cis-heterossexuais) quando iam à praia, por exemplo, subiam fotografias tais quais em suas redes sociais.

A "conversa informal" terminou e eu havia me comprometido a repensar minhas ações. Eu tinha então que fazer um novo movimento de apagamento da minha [re]existência/resistência, agora em razão de um bem da vida mais "grandioso": a instituição PGE/RO. O meu corpo dissidente estava sob escrutínio público. Era necessário investigar, discutir, debater, problematizar, polemizar. Afinal, aos LGBTQI+ é dado o uso e abuso do próprio corpo? Os seres humanos têm esse direito?

Decerto que a tentativa de silenciamento institucional/cultural/social do meu corpo dissidente não logrou êxito. Jamais lograria. No mesmo dia, às 14h34m, via *WhatsApp*, enviei aos três colegas participantes da malfadada "conversa informal", a seguinte mensagem:

[...] Eu estou já há um tempo pensando em colocar próteses e mudar meu nome para Nicole! É um direito assegurado. O(a) senhor(a) acha que a classe vai se incomodar muito em ter que me tratar como Dra. Nicole? Porque eu não vejo problema nenhum. E o direito me protege! Ou eu correria o risco de um processo administrativo disciplinar persecutório? Ou eu não poderei exercer o meu direito a busca da felicidade por causa de uma classe preconceituosa e opressora? Estou agora preocupado.

Um deles respondeu: "em tese, o Direito está do seu lado". Uma outra Procuradora, depois da mensagem se mostrou solidária, inclusive, relatando um fato parecido com um familiar. Já o último fez questão de enfatizar que:

[...] Calma. Pense. Reflita as palavras que dissemos pra você hoje... quem fez um concurso para procurador de estado, foi [...] e não Nicole. Acho, eu, (sic), pela mudança feita com todas (sic) com observação das normas pertinentes, não ensinaria um PAD. Contudo, sua, a nossa conduta e de qualquer procurador ou procuradora de estado, pode sim ser objeto de um PAD.

A análise do discurso expressa a pressão cis-heteronormativa pela necessidade de enquadramento dos comportamentos e, principalmente, dos corpos. Com efeito, eu somente poderia ser Nicole⁹ desde que "observadas todas das normas pertinentes" e que a mudança fosse posterior a essa permissão estatal necessariamente precedida, à época, de um processo judicial biomédico e patologizante. A existência de uma vivência *queer*, não-binária, travesti, ou "em transição" na PGE/RO também não era possível. Senão, proibida.

Percebi que nunca havia "cruzado" com uma pessoa trans na escola e noutras ambiências tais como trabalho, curso de línguas, academia. No meu imaginário seus *habitats* ainda eram as ruas, as esquinas, as boates e os prostíbulos. A lembrança mais antiga remonta ainda à minha primeira infância. Talvez minha mãe já tivesse me observado usando suas roupas, talvez ela tivesse sentido medo do que eu pudesse me tornar, talvez fosse "cuidado ao seu modo", ou fosse o incômodo causado pelo meu gestual delicado. O sociólogo Giancarlo Cornejo (2012) fala que "o berço de um menino mariquinha é a lápide de um menino heterossexual" (CORNEJO, 2012, p. 80). Talvez fosse isso, e talvez ela soubesse. Mas, um dia, ainda em meados dos anos de 1980, no

⁹ O nome Nicole foi por mim usado em referência a um "meme" em voga na época. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zY0dCB5dmDs>> Acesso em: 21 de abr. de 2020

passeio público de Picos, Piauí, ela apontou duas travestis e disse: “tu estás vendo aquilo, meu filho? Aquilo é feio! É aquilo que você quer ser?”

Muito embora hoje eu consiga entender que foi apenas a tecnologia da opressão e do terror cis-heteronormativo operando e que não havia consciência crítica sobre as ações. A proteção materna trabalhou no apagamento da dissidência escamoteando-se como cuidado a fim de enquadrar, uma vez que pessoas "normais" não sofrem discriminação. Esse padrão de comportamento normalizador é doloroso e perigoso para as crianças e adolescentes que têm vivências dissonantes. É necessária a consciência de que os ambientes familiares e escolares reforçam, ensinam e cobram o enquadramento das vivências performáticas desobedientes de gênero de modo sistemático e incessante.

Ali eu fui apresentado à LGBTQI+fobia, ali eu entendi que uma travesti não era um ser possível sem ser marginalizada. A partir de então evidenciou-se em mim o apagamento consciente dessa existência fluída e a necessidade de encaixe nas regras sociais performáticas da matriz cis-heteronormativa. Até então eu não sabia que eu não poderia ser eu. Ali eu entrei nesse malfadado limbo estrutural/social/afetivo.

Em algumas linhas acima, explico que eu "era" assumidamente um homem cis homossexual afeminado. E assim o fiz por entender fundamental o posicionamento identitário, se não declaramos quem somos continuamos sendo silenciados pela cultura cis-heteronormativa. Ademais, como podemos pensar em políticas públicas se não sabemos quem de fato são as pessoas destinatárias e quais suas reais necessidades? Desta forma, especialmente olhando para a cultura homogênea ocidental, a abertura dos armários e a autodeclaração da identidade e/ou orientação sexual/afetiva socialmente é um ato político que ao tempo que situa o indivíduo numa matriz de poder, liberta-o, em certa medida, do infundável agenciamento de si mesmo.

Considerações Finais

Quando eu iniciei a trajetória desta escrita, com certeza eu sabia o que era LGBTQI+fobia. Sabia como ela se manifestava, e melhor, eu entendia como ela tinha mudado em relação a mim com o passar dos anos. Ela sempre esteve presente, desde a infância, nas brincadeiras na escola, nos episódios de violência física, psicológica e afetiva que sofri. Com efeito, com o passar dos anos e com as minhas mudanças e posicionamentos houve também a sofisticação da homotransfobia cotidiana e estrutural. Aqui abro outro parêntesis: a ideia de que ascensão de classe social esvazia os estudos de

sexualidade, de raça, de gênero e de sexualidade é uma falácia. Sem querer desmerecer os embates dos pesquisadores que defendem esse viés *marxista* onde tudo se resolve na "luta de classes", entendo que contemporaneamente o debate deve se localizar de modo conglobante adicionando se às análises os mais diversos marcadores sociais da diferença humana. Nesse sentido, minhas considerações finais vão se fazer de algumas citações para complementar meu pensamento.

Nenhuma pessoa dissidente sexual ou desobediente de gênero está imune às micro/macro agressões, insultos e invalidações engendradas pela cultura e por pessoas cis-hetero[ssexistas]normativas. Muito mesmos as crianças viadas, que existem e crescem resistindo à pressão para o enquadramento nas expectativas sociais. Somos levados a criar estratégias de sobrevivência que são articuladas por toda a vida, enquanto existirem armários.

Mas os armários são muitos e são muitas as possibilidades performáticas. Quando revelei que era um homem cis *gay* afeminado, eu conscientemente eclipsei o que há em mim de mais desigual, e o fiz para despertar no leitor a sensação própria da fluidez do gênero. Anteriormente eu também confessei que nunca me enquadrei em qualquer norma de gênero, no entanto eu havia nascido homem, logo eu meu gênero era masculino. Eu não sentia qualquer necessidade de readequação de sexo, portanto eu era um homem cis. Mas, meu gestual delicado revelava minha efeminação e minha cor de pele "morena", como devidamente registrado na minha certidão de nascimento, denunciava os artifícios da branquidade ao escamotear e pilhar de mim a minha própria pretitude. O que teria sido até ali senão uma "bicha preta"?

Não consigo desempenhar o "bom" homossexual, *gay* higienizado, branco, heteronormativo simplesmente porque não sou um deles. Nunca fui. A bicha preta aqui exsurge como uma identidade dissidente e, portanto, categoria de análise triplamente rechaçada. Primeiro pela norma heterossexista e segundo pelo padrão homossexual heterocentrado. Presente aí, também está a raça, três são, portanto, os marcadores sociais da diferença.

Com efeito, a "existência do *gay* normatizado se justifica pela eliminação física e conceitual da bicha" (OLIVEIRA, 2018, p. 137). Richard Miskolci (2012), sociólogo e teórico *queer* brasileiro, expõe que muitos homossexuais procuram, a despeito de suas particularidades comportamentais, obedecer às regras de relacionamento e modelo familiar heterossexual reprodutivo. Tal é facilmente observado em "ilhas urbanas" de pertencimento homossexual como os bairros de Ipanema (Rio de Janeiro, RJ) e da Bela

Vista (São Paulo, SP), onde atualmente *gays* e lésbicas brancos e de classe média pra cima podem desfrutar uma vida sem interdições de qualquer sorte. Tais privilegiados, por seu turno, pouco se articulam sociopoliticamente, arrotam suas vantagens culturais, econômicas e fecham-se em copas. Muito diferente das vivências dissidentes sexuais e de gênero experimentadas pelos pretos e periféricos.

Ocorre que a reflexão me levou ao entendimento de que a identidade pode, aliás, a identidade abarca todos os gêneros, os desejos, as fantasias e as performances. Desde então rejeito qualquer ideia que envolva a minha classificação identitária a partir de binarismos simplistas e provincianos: homem/mulher, homo/hétero, masculino/feminino, tudo isso não faz mais sentido, particularmente falando. Nunca fez, apesar do meu esforço desde a infância de tentar me compreender a partir das regras postas, o que restou foi a sensação concreta de ter durante anos e anos contra a correnteza, sem saber por que, para que ou para quem o fazia.

Judith Butler (2019) sustenta a impossibilidade de imposição do gênero ser (ou encarnar-se) "real" ou "natural" como uma "falha constitutiva [...] pela mesma razão de que esses lugares ontológicos são fundamentalmente inabitáveis" (BUTLER, 2019, p. 252). Seguindo seus passos, Paul B. Preciado (2018), filósofo e teórico *queer*, declara que "[...] nenhum dos sexos que incorporo possui qualquer densidade ontológica e, no entanto, não há outro modo de ser corpo. Despossuídos, desde o começo" (PRECIADO, 2018, p. 145). O corolário dessas assertivas é o inevitável desenlace das regras do gênero. Na ânsia de entender os gêneros, e assim ler a mim mesmo, encontrei na instabilidade do gênero a minha apropriada performance. Hoje me compreendo uma pessoa *queer*, insurgente, não-binária, aberta a [re]inscrições e a [re]interpretações pluriversais. Todavia, tal compreensão se deu muito tardiamente o que me alijou da potência de me entender coeso desde a infância. Outrossim, me impossibilitou de buscar proteção quando estava sendo sistematicamente agredido em casa, na escola, nas ruas. Esse alheamento de si é capaz de interferir nos planos vida e na busca pela realização pessoal e profissional.

A importância dessa reflexão dá-se na justa medida em que assumir o controle do próprio corpo e exercê-lo num ambiente democrático participativo e inclusivo é um ato político que ultrapassa os debates meramente identitários – Trata-se de um debate político, assim como o resgate das nossas memórias. A tomada de consciência é fulcral para que haja uma minoração dos casos de violência simbólica, psicológica e/ou material que os indivíduos de nossa comunidade são vítimas, especialmente os casos de abuso infanto-juvenil. Nessa senda, tal estratégia revela o pensamento fronteiro, a partir da

perspectiva decolonial, capaz de subverter a moral social decorrente das relações de colonialidade, na medida em que ressignifica a ideia dos estereótipos humanos, pois não reforça valores sem questionar sua origem e, sobretudo, que tipo de relações de poder sua manutenção perpetua.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CORNEJO, Giancarlo. **A guerra declarada contra o menino afeminado.**, In: MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012 (p. 73-82).

FERNANDES, Estêvão Rafael; RIBEIRO, Igor Veloso. **A invalidade da Reputação Ilibada e da Idoneidade Moral: reflexões decoloniais**. *Quaestio Iuris*. Rio de Janeiro: UERJ, v. 11, n. 04, p. 3128-3141, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/38049>. Acesso em: 27 de abril 2020.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 de abril de 2020.

PRECIADO, Paul B. (Beatriz). **Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1Edições, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3 ed. rev. amp. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. *Estudos Feministas*. Florianópolis, UFSC, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 26 de abril de 2019.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 32, n. 94, 2017. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092017000200507&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 de abril de 2020.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Seguindo os passos "delicados" de gays afeminados, viados e bichas pretas no Brasil**. In: CAETANO, Márcio; SILVA JUNIOR, Paulo Megaço da (Coord.) *De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018, p. 127 - 145.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, n. 28, p. 19-54, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>. Acesso em: 27 de abril 2020.

From a child queer to a state's Attorney:

the life trajectory of a disobedient body in the Brazilian Justice System

Abstract: The objective of this article is to look at the human sexual/identitarian difference, through personal account and analysis of my life trajectory since I was a child, going through my positive strategies and life trajectories as a body disobedient to the heteronormative pattern for insertion as a Public Attorney in the Brazilian Justice System, until the present day. In this context, it is important to talk about the vulnerabilities, the erasures and the survival strategies I have experienced, in order to then add during this journey the field of discussion on human rights, studies on sexuality and gender. For this reason also the justification to develop the text in article format with bibliographic reference, but without disentangling autoethnography as a methodological procedure. For this exercise I have resorted to studies affectionate to coloniality and queer theory, because they reposition me epistemologically, giving me the theoretical-political lead of a subversive and provocative becoming to sustain the presentation of my personal experiences as a reflection of an empirical/social/affective dissidence in a standardized, masculinized and authoritative institutional environment.

Keywords: Memory. Queer. Autoethnography. Decoloniality. LGBTQI.

Recebido: 09/05/2020

Aceito: 07/07/2020